



## **Observatório Ambiental de Alcanena**

### **Ata da 2ª Reunião – 03 de Abril de 2018**

Ao terceiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar no Auditório do Centro Ciência Viva do Alviela a segunda reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, tendo estado presentes os representantes das entidades que constam da folha de presenças anexa.

A presente reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Ponto de situação relativo à visita realizada à ETAR de Alcanena e Aterro de Lamas; 2 – Revisão/aprovação da ata da 1ª reunião, realizada a 30 de Janeiro de 2018; 3 – Plano de Ação para 2018 e análise das propostas enviadas.

A reunião foi conduzida pela Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Alcanena (CMA), Dr.ª Fernanda Asseiceira, enquanto entidade coordenadora deste projeto, que deu início à sessão fazendo o ponto de situação relativo à visita realizada à ETAR e Aterro de Lamas de Alcanena, que teve lugar no período da manhã, indagando junto dos presentes se tinham alguma questão a colocar, nomeadamente à AUSTRAL, relativamente a algum dos aspetos abordados no decorrer da referida visita.

Neste enquadramento, a Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela, da Universidade de Aveiro, questionou se a ETAR de Alcanena recebe os efluentes industriais de todas as indústrias ou não, e se existem outras ETAR no concelho.

A Exma. Senhora Presidente esclareceu que a ETAR de Alcanena recebe todos os efluentes da indústria de curtumes, existindo 3 emissários que convergem para a ETAR (Vila Moreira, Gouxaria e Alcanena), recebendo ainda os efluentes domésticos das localidades de Alcanena, Monsanto, Serra de Santo António, Vila Moreira, Moitas Venda, Bugalhos, Louriceira e Malhou.

Em complemento, o Eng.º Miguel Guerreiro, técnico de ambiente da CMA, acrescentou que em Minde, na parte Norte do concelho, existe uma outra ETAR que recebe os efluentes provenientes da indústria têxtil, os efluentes domésticos de Minde e ainda os efluentes provenientes da localidade de Mira d'Aire (localidade do concelho de Porto de Mós), sendo por isso uma ETAR intermunicipal. Neste momento esta ETAR acaba por estar sobredimensionada, uma vez que Minde deixou praticamente de ter indústria de tinturaria e curtumes.



Para além destas duas ETAR, existe ainda uma micro-ETAR em Alviela (Fito-ETAR, com lagoa de macrófitas); uma ETAR em Covão do Feto (neste momento em reestruturação e com projeto aprovado pela APA); uma ETAR na localidade de Espinheiro, na zona Sul do concelho; e uma fossa séptica coletiva em Chã de Cima. Existe ainda uma outra ETAR projetada para a localidade de Carvalheiro, estando dependente de aprovação por parte do ICNF, uma vez que a zona se encontra em zona de proteção APP1, estando prevista a respetiva construção no decorrer do próximo ano.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas, representante da Associação ZERO, questionou se todas as ETAR tinham licença de descarga.

O Eng.º Miguel Guerreiro referiu que algumas estão ainda em processo de obtenção da respetiva licença, sendo que todas são monitorizadas, com controlo analítico e com a preocupação de cumprimento da legislação, nomeadamente a TRH.

Acrescentou ainda que, presentemente, 86% do concelho está servido com saneamento básico.

A Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela colocou ainda a questão da sustentabilidade dos equipamentos, nomeadamente ao nível da otimização do funcionamento.

O Eng.º Miguel Guerreiro mencionou que, concretamente na ETAR de Alcanena, já existe equipamento que permite otimizar o abastecimento energético.

No que se refere à qualidade da água, o Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro, representante da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), interveio, mencionando que neste momento o paradigma mudou, sendo uma imposição por parte da União Europeia a manutenção da qualidade das linhas de água. As massas de água têm de apresentar determinadas características e respeitar determinados parâmetros, avaliando-se posteriormente quais as condições de descarga e eventuais alterações a introduzir nos sistemas de tratamento. Neste enquadramento, é a ETAR que tem de se adaptar às condições atuais. Reportando à visita à ETAR de Alcanena, colocou ainda a seguinte questão: a intervenção ao nível dos novos coletores foi também efetuada no sentido de reduzir o caudal pluvial e, aparentemente, ainda existe uma quantidade muito significativa de caudal pluvial a chegar à ETAR, questionando assim sobre o que está previsto a este nível.

O Eng.º Miguel Guerreiro referiu que ainda existem trabalhos a fazer nesta área, nomeadamente avaliar a origem destas águas pluviais, no sentido de melhorar o sistema. Acrescentou que existe um projeto a ser desenvolvido com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para levantamento do cadastro, chegando ao detalhe do ramal, o que irá facilitar o processo de modo a sinalizar onde existe entrada de pluvial.



No entanto, não é apenas no efluente doméstico onde se verifica inclusão de pluvial; também no efluente industrial esta situação ocorre, apesar dos industriais pagarem pela totalidade do efluente descarregado na rede.

No âmbito das alterações introduzidas ao nível da União Europeia, a Exma. Senhora Presidente questionou o representante da APA sobre as eventuais alterações que poderão surgir para a ETAR de Alcanena, nomeadamente para avaliar quais os investimentos importantes a realizar no sentido de dar cumprimento à licença de descarga.

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro referiu que, recentemente, com os problemas existentes no rio Tejo, foi feito o levantamento dos 36 maiores contribuidores em termos de carga de CQO para o Tejo, onde se inclui a ETAR de Alcanena, prevendo-se por isso alterações mais restritivas ao nível da licença de rejeição da ETAR. Mais uma vez, o objetivo é manter a qualidade das massas de água, a montante e a jusante, e, com base nesse pressuposto, avaliar os diferentes contributos e que parâmetros alterar nas descargas, de modo a manter as condições do meio recetor. Acrescentou ainda que, atualmente, as licenças de descarga têm de ser dinâmicas, em função do meio recetor e também das condições existentes, nomeadamente sazonalidade do caudal.

O Exmo. Senhor Paulo Lucas interveio, mencionando que importa ainda avaliar se o meio recetor tem capacidade para receber as águas residuais provenientes da ETAR. Paralelamente, colocou ainda a questão sobre qual o papel/participação social da CMA, enquanto acionista da AUSTRAL.

A Exma. Senhora Presidente frisou que, em 1995, a CMA estabeleceu com a AUSTRAL um contrato de concessão, que termina em 2024, sendo que a CMA integra o Conselho de Administração. Informou ainda que a CMA está a desenvolver trabalho para constituição de uma empresa municipal para gestão das águas de abastecimento e também saneamento. Neste momento está em fase de estudos de viabilidade financeira, sendo um processo muito moroso, que necessita de viabilização e aprovação por parte de várias entidades, nomeadamente visto do Tribunal de Contas.

No que se refere ao saneamento, referiu ainda ser intenção do Município que até 2021 o concelho esteja coberto a 100%. Relativamente à ETAR de Alcanena salientou que existe ainda muito trabalho a fazer, sendo a expectativa que o investimento futuro vá ao encontro do cumprimento dos parâmetros mais exigentes que possam vir a surgir.

De seguida passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, com a revisão/aprovação da ata da 1ª reunião, realizada a 30 de Janeiro de 2018.

Neste âmbito, a Exma. Senhora Presidente salientou as alterações introduzidas ao nível do enquadramento legislativo para licenciamento das unidades industriais, nomeadamente com a passagem para o tipo 3, implicando que uma empresa se possa instalar e iniciar a laboração, e só posteriormente é que irão ser avaliadas as condições.



Neste sentido referiu ainda que foi, à presente data, conversado com o IAPMEI haver lugar a colaboração com a CMA para avaliação desta matéria.

Ainda dentro deste tema, a Exma. Senhora Eng.ª Vera Noronha, representante da ARS LVT, sublinhou que esta alteração ao nível legislativo foi “beber” à legislação anglo-saxónica, não se ajustando/adequando à realidade nacional, o que tem trazido este tipo de constrangimentos ao nível da sua aplicabilidade. Provavelmente Alcanena está a sentir ainda mais este efeito, dado o grande aglomerado industrial existente.

Após a leitura e revisão por parte dos diferentes intervenientes, foi então colocada a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Passou-se em seguida ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, com a apresentação do Plano de Ação para 2018, com base nas propostas enviadas pelas diferentes entidades, e que faz parte integrante da presente ata.

A Exma. Senhora Presidente fez o ponto de situação relativo às ações apresentadas pela CMA, passando a palavra aos restantes membros para apresentação das respetivas propostas de ação.

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT):

Relativamente ao processo de licenciamento das unidades industriais, o Exmo. Senhor Eng.º Cristiano Amaro referiu que considera estarem mal enquadradas no tipo 3. No entanto, caso se mantenha esta alteração, sugeriu a produção de *checklists*, com a colaboração de diferentes entidades, nomeadamente o IAPMEI, de modo a auxiliar os processos futuros.

Acrescentou ainda estar disponível para contribuir na análise dos resultados dos Relatórios de Monitorização da Qualidade do Ar.

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF):

O Exmo. Senhor Arq. Fernando Faria Pereira referiu que a contribuição do ICNF poderá passar pela colaboração ao nível do levantamento dos problemas ambientais e também na vertente da proteção dos valores naturais. Concretamente na questão do levantamento dos problemas ambientais poderá ser solicitada a colaboração dos vigilantes da natureza, nomeadamente ao nível da georreferenciação/identificação dos locais, especialmente lixeiras clandestinas.

- Administração-Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT) / Unidade de Saúde Pública do ACES Médio Tejo:

O Exmo. Senhor Dr. Carlos Pinto apresentou as propostas enviadas, referindo ainda que esta entidade efetua análises de vigilância à qualidade da água de abastecimento público com menos de 2.000 habitantes, comunicando sempre os resultados à entidade gestora, neste caso a Luságua.



- Associação ZERO:

O Exmo. Senhor Paulo Lucas referiu a necessidade de se fazer uma sistematização da informação através da elaboração de um documento detalhado, nomeadamente ao nível da realidade industrial. Seria de todo o interesse que o trabalho do Observatório tivesse visibilidade para os cidadãos.

Acrescentou ainda que a Associação ZERO se compromete a questionar a tutela relativamente à abertura a eventuais alterações legislativas, nomeadamente no âmbito dos processos de licenciamento industrial.

- Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC):

O Exmo. Senhor Eng.º Nuno Silva apresentou as propostas enviadas, salientando a importância de estabelecer um conjunto de indicadores para monitorizar o trabalho que está a ser desenvolvido nas diferentes áreas.

- Direção-Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT):

O Exmo. Senhor Eng.º Luís Filipe Sousa referiu a importância de perceber a dinâmica do aquífero, tentando antecipar possíveis problemas, nomeadamente ao nível das descargas dos lagares. Apesar da DRAP, neste momento, já não ter responsabilidade no licenciamento destas unidades, tem a listagem das que existiam, podendo ser feito o cruzamento com os dados existentes atualmente nas Câmaras Municipais.

- Associação Centro Ciência Viva do Alviela:

A Exma. Senhora Dr. Paula Robalo apresentou as propostas enviadas, sublinhando a importância da sensibilização ambiental, nomeadamente ao nível da realização de ações de informação / debates participativos.

Após a apresentação das propostas enviadas pelas entidades intervenientes, a Exma. Senhora Presidente abriu ainda espaço para que as entidades que não chegaram a enviar proposta acrescentassem o respetivo contributo.

- Universidade de Aveiro:

A Exma. Senhora Professora Doutora Isabel Capela sublinhou que, quando se pretende melhorar alguma coisa, o primeiro passo é a caracterização, o segundo a identificação das ações e o terceiro a monitorização dos resultados da implementação das ações, no sentido da melhoria contínua. Importa também a componente da sistematização, com identificação de prioridades em cada uma das áreas e quais as entidades que poderão contribuir em cada matéria. Demonstrou ainda disponibilidade para contribuir na análise de relatórios em áreas nas quais disponha de conhecimentos técnicos relevantes.



- Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza:

O Exmo. Senhor Eng.º Domingos Patacho sublinhou a importância da identificação dos passivos ambientais, estando disponível para colaborar nesta área.

- GNR-SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente de Torres Novas:

O Exmo. Senhor Sargento-Ajudante Paulo Batista mencionou que a GNR-SEPNA, enquanto órgão de fiscalização, está disponível para ações de vistoria e resposta a denúncias.

A Exma. Senhora Presidente solicitou à GNR a possibilidade de articulação entre Comandos, de modo a ultrapassar as competências territoriais.

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA):

O Exmo. Senhor Eng.º Carlos Castro mencionou a importância de haver indicadores de controlo da melhoria da qualidade da água, nomeadamente na Ribeira dos Carvalhos e no Rio Alviela, a montante e a jusante, de modo a ter evidências da evolução da situação.

A Exma. Senhora Presidente referiu estarem abertas candidaturas no âmbito do Fundo Ambiental – Avisos 3371A e 3371B, sendo intenção do Município avaliar possível candidatura no âmbito do Observatório Ambiental.

A Exma. Senhora Presidente colocou então a votação a aprovação do Plano de Ação apresentado, tendo sido aprovado por unanimidade pelos presentes.

Propôs ainda o agendamento da próxima reunião para o próximo dia 11 de Setembro.

Nada mais havendo a tratar, a Exma. Senhora Presidente deu por terminada a reunião, agradecendo a presença de todos e reconhecendo a importância dos contributos das diferentes entidades para a concretização do Plano de Ação para 2018, dando assim por concluída a reunião de que se lavrou a presente ata.